

EXTENSÃO EM ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Neiza de Lourdes Frederico Fumes

Ana Carolina Santos de Lima Torres

Claudeson Vilela de Oliveira

Darllanea Nascimento dos Santos

Francine de Fátima Lima Batista

Francy Kelle Rodrigues Silva

Rosiane Oliveira de Amorim

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

INTRODUÇÃO

A perspectiva da Educação Inclusiva atualmente orienta as práticas de escolarização de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas brasileiras e faz parte de uma conquista histórica desses grupos. Essa mudança paradigmática reconhece a educação como um direito social que deve ser garantido para aqueles que, ao longo dos tempos, se encontravam excluídos ou marginalizados, como ainda reconhece que essa educação deve ocorrer junto aos seus pares. Com essa realidade, há a necessidade em formar os professores capazes de dar conta das múltiplas características de seus alunos, considerando-as uma mais-valia ao processo de ensino e aprendizagem.

A educação na perspectiva inclusiva pressupõe a adoção de estratégias de ensino que promovam a eliminação de diversas barreiras que dificultam o processo de aprendizagem dos alunos, construindo dessa maneira uma escola acolhedora a todos, exigindo mudanças nas escolas e no ensino para que se modernizem e potencializem as práticas dos professores. E, a

Educação Física, sendo componente curricular obrigatório, faz parte deste processo.

Rodrigues (2006, p. 65) chama atenção para o fato de que “[...]fazendo parte integrante do currículo oferecido pela escola, esta disciplina curricular pode se constituir como um adjuvante ou um obstáculo adicional a fim de que a escola seja (ou se torne) mais inclusiva[...]”.

Ainda que não possa ser o único, o professor é um dos protagonistas na efetivação desse direito fundamental, sendo responsável pela mediação do conhecimento a ser construído no âmbito da cultura corporal do movimento pelos alunos em todas as etapas de ensino-aprendizagem.

No campo da formação do professor de Educação Física, a Resolução n.º 03/1987 trouxe a reestruturação dos cursos, ampliando as possibilidades e minimizando o caráter antes predominante, tecnicista. E, foi a partir da aprovação e implementação desse instrumento que houve uma maior preocupação com a oferta de temas que desenvolvessem competências para atuar com pessoas com deficiência. A inclusão e a oferta de disciplinas relacionadas à Educação Física Adaptada ou semelhantes ocorreu em decorrência desse fato em grande parte dos cursos de graduação.

Posterior a isso, uma nova organização curricular foi proposta pela Resolução nº 01/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Em seu art. 2º, no inciso II, é prescrito que deve ser inerente à formação, entre outros aspectos, “o preparo para o acolhimento e o trato da diversidade”. Vale lembrar que na Resolução nº 02/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, estabelece que essa duração respeite o mínimo de 2800 (duas mil e oitocentas) horas, sendo dessas, 200 (duzentas) horas dedicadas para outras formas de atividade acadêmico-científicas-culturais.

Em se tratando das competências para a formação do professor, a Resolução nº 01/2002, em seu art. 6º, inciso VI, parágrafo 3º, define entre os conhecimentos a serem desenvolvidos no decorrer do curso o “conhecimento sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e comunidades indígenas”.

Apesar desses e outros esforços para qualificar a formação do professor de Educação Física Escolar para a inclusão educacional dos alunos com deficiência, esse ainda é um obstáculo a ser ultrapassado, visto que várias pesquisas apontam para o despreparo desse professor na construção de uma escola para todos. Nesse sentido, Gomes (2007, p. 35) aponta para a necessidade de romper ainda com alguns “(pré) conceitos enraizados profundamente em alguns professores”, mesmos aqueles que já que trabalham com essa temática.

A superação dessas lacunas é complexa e depende de esforços múltiplos e contínuos. Autores, como Gomes (2007) e Pedrinelli e Verenguer (2005), ponderam que também se faz necessário a articulação e a discussão do corpo docente de diversas instituições de ensino superior, de maneira que se permita a troca de conhecimentos sobre as práticas da educação física para esse público. Essas trocas de experiências devem envolver tanto a formação inicial como a continuada.

Desse modo, é de se pensar que as ações de extensão podem ser uma alternativa para essa formação, quando articulados com o campo de ensino e da pesquisa. Gonçalves (2002, p.14) explicam que:

A extensão, por sua vez, traduz-se pela importância do conhecimento apreendido e ampliado, aumentando seu alcance.

É ela que dá a resposta de volta à pesquisa e ao conhecimento, além de demonstrar novos problemas e, portanto, novas possibilidades de investigação.

Diante desta realidade, concordamos que as atividades de extensão podem ser um caminho para contribuir com a formação em Atividade Motora Adaptada (AMA), no âmbito da Educação Física Escolar. Desse modo, tivemos como objetivo para este artigo refletir sobre o desenvolvimento de oficinas de AMA, oferecidas como atividades de extensão, como estratégia formativa para o professor de Educação Física Escolar. Essas oficinas foram realizadas pelo Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada (GEEAMA), durante o V Encontro de Educação Inclusiva no município de Maceió, estado de Alagoas.

Para tanto é importante deixar esclarecido que a AMA não é apenas destinada a pessoas com algum tipo de deficiência, mas que a mesma objetiva desenvolver “tipos de estratégias e metodologias que permitam tornar mais fáceis e menos complexos as atividades motoras” (RODRIGUES, 2006, p.41). Surgiu como um recurso facilitador na participação da pessoa com deficiência em atividades esportivas, os quais consideramos como sendo essenciais para os professores de Educação Física Escolar na atualidade. Não tem como objetivo classificar as pessoas através de sua deficiência, mas sim conhecer a funcionalidade que elas apresentam, sendo a pessoa com deficiência ou não.

CONHECENDO ALGUMAS DAS AÇÕES DO GEEAMA

O Grupo de Estudos e Extensão em Atividade Motora Adaptada da Universidade Federal de Alagoas (GEEAMA/UFAL) tem contribuído na formação de profissionais para atuar com a pessoa com deficiência em diferentes contextos educativos, bem como vem estimulando o desenvolvimento dessa área no estado de Alagoas. O grupo foi fundado oficialmente no ano de 2009, no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, sob a coordenação da Prof^a. Da Neiza de Lourdes Frederico Fumes. Todavia, sua atuação precede ao ano de criação, já que antes – entre 2003 e 2008, operava como uma linha de pesquisa do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Aptidão Física, Desempenho e Saúde (NEPAFIDES).

Desde então, as ações do grupo estão voltadas para o desenvolvimento de estratégias para a atuação do profissional de Educação Física com pessoas com deficiência, seja ela dentro ou fora da escola, sob uma perspectiva da atividade motora adaptada.

Os participantes do grupo são professores e estudantes de Educação Física que tem em comum o interesse na discussão sobre Atividade Motora Adaptada. As reuniões são realizadas na UFAL, através da discussão de textos, elaboração de planejamentos para ações de extensão e realização de ações de extensão e de pesquisa, na própria universidade e/ou nas escolas.

Dentre as preocupações do GEEAMA, estão aquelas relacionadas à formação profissional, considerando que são reduzidas as disciplinas que tratam sobre a Atividade Motora Adaptada na educação superior, bem como no contexto alagoano ainda são poucas as oportunidades de formação específica e de vivências (MELO; FUMES, 2013). Sendo assim, realizamos duas oficinas sobre essa temática, com o objetivo fomentar o desenvolvimento de profissionais para atuar com pessoas com deficiência no âmbito escolar e refletir sobre o uso de oficinas como estratégia formativa para o professor de Educação Física Escolar.

As oficinas foram propostas por integrantes do GEEAMA, que foram responsáveis pela elaboração do material teórico e das aulas práticas e pela produção de material de menor custo. As oficinas foram denominadas de: *Esporte adaptado para pessoas com deficiência visual e Esporte adaptado para pessoas com deficiência física*. De uma forma geral, houve uma explanação teórica sobre o tema, com a definição da deficiência física ou visual, apresentação das suas principais causas e a classificação esportiva; como ainda houve a apresentação dos Esportes Adaptados mais praticados por pessoas com deficiências física ou visual; atividades práticas do Goalball ou Bocha Adaptada; produção de materiais de menor custo e atividades inclusivas no contexto escolar.

As oficinas foram desenvolvidas em dois dias consecutivos, com duração total de 480 minutos, sendo que em cada dia foi desenvolvida uma das oficinas – no primeiro dia, ocorreu a de deficiência visual e, no segundo, de deficiência física. Foram 45 os participantes, entre estudantes e profissionais de Educação Física.

OFICINA DE ESPORTE ADAPTADO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

No primeiro dia de oficina, tratamos sobre o Esporte Adaptado para pessoas com Deficiência Visual, sendo apresentadas algumas definições e diferenças entre baixa visão e cegueira, como ainda as principais causas da deficiência visual. Esclarecemos que cada sujeito deve ser tratado de acordo com a sua necessidade e que os professores podem explorar os sentidos que lhes são remanescentes. Evidenciamos que há diferentes graus da deficiência visual, por isso é necessário trazer propostas que sejam exequíveis, maximizando as possibilidades dos alunos com deficiência, tratando-os de forma singular para que possam ter acesso as atividades propostas.

Em seguida, apresentamos o mapa tátil que se trata de “representações gráficas em textura e relevo, que servem como instrumento de orientação e localização de objetos e lugares” para pessoas com deficiência visual (LOCH; ALMEIDA, 2007, p. 49). Explicamos a sua utilização pela pessoa com deficiência visual para a estruturação da imagem mental do espaço físico, o que lhe permite mover-se com maior segurança e autonomia. A seguir, construímos um mapa tátil com materiais de baixo custo, com folha de isopor e palitos de madeira, do ginásio que seria realizada a atividade. Ressaltamos que o mapa tátil deve ser construído com cores e texturas diferentes para facilitar a identificação da pessoa cega ou com baixa visão. Durante a apresentação, identificamos que muitos profissionais não conheciam esse recurso de acessibilidade.

Em um próximo momento, passamos a tratar sobre Orientação e Mobilidade. Mendonça et al (2008, p. 67) considera que, no contexto da deficiência visual, essa tem como finalidade “ajudar a construir o mapa cognitivo do espaço que o rodeia e a deslocar-se nesse espaço, servindo-se para isso de um conjunto de técnicas apropriadas e específicas”. Proporcionamos vivências de algumas técnicas de guia vidente e autopercepção (Figura 1), propostas por Machado et al. (2003).

O objetivo da utilização dessas técnicas é proporcionar a pessoa com deficiência visual condições que lhe facilite a locomoção, com um maior grau de independência e segurança nas atividades de vida diária, enfatizando as esportivas.

Na culminância dessa oficina, expusemos sobre os esportes paralímpicos praticados por pessoas com deficiência visual. Optamos por desenvolver aqueles que demandavam poucas adaptações dos locais e das regras, sendo mais viável para a nossa realidade de atletismo, a natação, o futebol de cinco, o judô e o *Goalball*¹. Por fim, decidimos por aprofundar as vivências desse último por esse ser um esporte especialmente criado para pessoas com deficiência visual e que na realidade alagoana ainda era desconhecido por muitos professores.

A vivência começou com a simulação da deficiência visual, com os participantes sendo convidados a serem vendados e a explorar o mapa tátil, apresentado anteriormente. Nessa oportunidade, puderam perceber o quanto esse instrumento pode facilitar na organização espacial pela pessoa com deficiência visual e a importância de sua utilização, principalmente em situações de uso de novos espaços e de reorganização do ambiente.

Por fim, trabalhamos com os movimentos específicos do *goalball*, sendo estes correspondentes a técnica individual defensiva ou ofensiva. Esse é um esporte praticado por atletas com deficiência visual, a partida tem duração de 20 minutos, com dois tempos de 10. O time é composto por três jogadores titulares e três reservas, sendo que os atletas utilizam uma venda ou máscara durante as competições para garantir que todos possam competir em condições de igualdade². Para finalizar a parte prática da oficina, realizamos um minitorneio, em uma quadra com as medidas oficiais e com uso das regras, para que os participantes pudessem conhecer mais plenamente o esporte.

Após o jogo realizamos uma roda de conversa com os participantes da oficina, com o intuito de avaliar as vivências e, nesse momento, tivemos a oportunidade de ouvir algumas sugestões para novas intervenções e exemplos do cotidiano de alguns dos professores participantes. Muitos profissionais da área informaram que não conheciam o *goalball* e nem algumas das adaptações de materiais, como a demarcação da quadra com barbante e o uso de sacola plástica envolta da bola de basquete. Isso possibilitou a reflexão a respeito da inserção do esporte adaptado nas aulas de Educação Física, pois com novas estratégias é possível

diminuir as barreiras para o desenvolvimento das atividades dos esportes paralímpicos na escola.

Nessa direção, Borgmann (2013) investigou o ensino do *Goalball* e do Voleibol Sentado nas aulas de Educação Física e identificou que o uso de estratégias de ensino dos professores foi importante para a implementação da modalidade na escola, se adequando as realidades, aos materiais e espaço de cada escola.

Ressaltamos também a rica experiência que tivemos com a participação de um surdo na oficina de esporte adaptado para pessoas com deficiência visual, o que demandou que precisássemos (a equipe executora) aplicar conhecimentos teóricos aprendidos anteriormente e desenvolver estratégias para que ocorresse a sua efetiva participação. De certa maneira, estratégias para o desenvolvimento de atividade motora adaptada para a surdocegueira foram desenvolvidas, o que também enriqueceu a experiência para os outros participantes.

Neste projeto de extensão, envolvendo oficinas com foco nas atividades motoras adaptadas, pudemos compartilhar conhecimentos com profissionais atuantes em ambientes escolares, e com professores que possuíam ou não alunos com deficiências. Desta forma, percebemos e demonstramos a importância de se trabalhar com a AMA, orientada de forma segura pelos professores de Educação Física. No caso em particular, os participantes, até então, ainda não tinham a intenção ou desenvolviam ações nesta direção.



Figura 1: Vivências de Orientação e Mobilidade.

Fonte: GEEAMA (2013). Arquivo pessoal.

OFICINA DE ESPORTE ADAPTADO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

¹ Disponível em: <http://www.cpb.org.br/modalidades>.

² Disponível em: <http://www.cpb.org.br/portfolio/goalball/>.

No segundo dia, tratamos sobre os esportes adaptados para pessoas com deficiência física. Inicialmente, fizemos uma abordagem teórica sobre o assunto, buscando esclarecer e minimizar algumas definições e ideias equivocadas que as pessoas trazem sobre a deficiência física.

Ainda na explanação teórica, trabalhamos com os esportes adaptados que são mais praticados no Brasil, como o vôlei sentado, atletismo, judô, natação, basquete em cadeira de rodas, esgrima e a bocha adaptada. Contudo, tratamos mais aprofundadamente a bocha adaptada, que é um esporte praticado principalmente por pessoas com paralisia cerebral e lesão medular (CAMPEÃO; OLIVEIRA, 2006). Ainda nessa etapa inicial, apresentamos a classificação funcional e esportiva empregadas nessas práticas esportivas.

A vivência foi constituída por atividades motoras adaptadas cooperativas e atividades introdutórias a bocha, como o boliche. Lembramos que a bocha adaptada é um esporte paralímpico, em que os competidores são pessoas com paralisia cerebral que utilizam cadeira de rodas. O objetivo do jogo é lançar bolas coloridas o mais perto possível de uma bola branca chamada de *jack*. É permitido o uso das mãos, dos pés ou de instrumentos de auxílio para atletas com grande comprometimento nos membros superiores e inferiores. Há três maneiras de se praticar o esporte: individual, em duplas ou em equipes (CAMPEÃO; OLIVEIRA, 2006).

Todas as atividades foram executadas com dois dos participantes utilizando uma cadeira de rodas, para que o grupo pudesse experimentar as possibilidades de envolvimento da pessoa com deficiência física e as necessidades de adaptação na atividade, nas estratégias de ensino e/ou no ambiente para promover a sua efetiva participação nas atividades (Figura 2).

Realizamos atividades na perspectiva dos jogos cooperativos e procurando fazer a introdução à bocha através do jogo de boliche. Também realizamos um minitorneio de bocha adaptada, com o uso das medidas oficiais da quadra e a aplicação das regras específicas do esporte.

Tivemos a preocupação de construir um material de baixo custo, por não haver a disponibilidade nas escolas e clubes alagoanos em geral, devido ao seu alto custo, comprometendo assim a sua utilização pelos professores de Educação Física. Desse modo, apresentamos sugestões para a confecção de materiais alternativos e de

fácil aquisição. Para a confecção de bolas para bocha adaptada utilizamos areia, sacolas plásticas e bexigas de borracha (Figura 3); e, para a confecção da raquete utilizada na arbitragem, usamos isopor e cartolinas. O passo a passo para a construção desses materiais pode ser encontrado no blog do GEEAMA, em <http://espacogeeama.blogspot.com.br/>.



Figura 2: Vivência da Bocha Adaptada.

Fonte: GEEAMA (2013). Arquivo pessoal.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA

Acreditamos que a inserção do esporte adaptado nas aulas de Educação Física, favorece a compreensão de que é possível, dentro de suas características, limitações e potencialidades, o aluno com deficiência ser protagonista no esporte, minimizando a ideia que esse seja sempre o figurante nas aulas de Educação Física. Por isso, além do investimento em materiais e locais adequados, são necessários profissionais preparados, que se apoderem de estratégias facilitadoras para o aprendizado do aluno com deficiência.

Nas oficinas desenvolvidas, os relatos dos participantes permitiram-nos compreender que essas experiências com AMA podem fornecer subsídios para os professores no uso de diferentes estratégias que facilitam a participação todos os alunos nas aulas de Educação Física. Além disso, os momentos de avaliação envolvendo estudantes e professores de Educação Física proporcionou a partilha de ideias, experiências e anseios acerca das vivências ocorridas oficinas, como ainda a proposição de muitas outras sugestões.

Nos projetos desenvolvidos pelo GEEAMA, os graduandos em Educação Física têm a oportunidade de vivenciar a docência através das diferentes atividades realizadas nos vários projetos, o que consideramos essenciais para a formação inicial e conseqüentemente para a atividade docente no contexto profissional. Desta forma, para os envolvidos na organização das

oficinas, a experiência configurou-se positiva no sentido de aprofundamento sobre o tema e na construção dos materiais didáticos.

REFERÊNCIAS

- BORGMANN, Tiago. *O ensino do esporte paralímpico na escola a partir da visão dos professores: o caso do goalball e do voleibol sentado*. 2013. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação CNE/CP. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. *Resolução CNE/CP 2*, de 19 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acessado em: 27 de Junho 2014.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação CNE/CP. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. *Resolução CNE/CP 1*, de 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acessado em: 27 de Junho 2014
- CAMPEÃO, Márcia; OLIVEIRA, Ronaldo Gonçalves de. *Manual de Orientação para Professores de Educação Física: Bocha Paraolímpica*. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006. 42 p.
- GOMES, Nilton Munhoz. *Análise da disciplina e Educação Física Especial nas Instituições de Ensino Superior públicas do estado do Paraná*. 2007. 198 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2007.
- GONÇALVES, Vivianne Oliveira. *Estudo da disciplina educação física adaptada nas instituições de ensino superior do Estado de Goiás*. 2002. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2002.
- LOCH, R. E. N.; ALMEIDA, L. C. DO projeto mapas táteis como instrumento de inclusão de portadores de deficiência visual In: 2º Seminário Nacional Interdisciplinar em Experiências Educativas - SENIEE. *Anais do SENIEE*. Francisco Beltrão: RETLEE-Unioeste, 2007. v.1. p.47 - 59 Disponível em: <http://www.labtate.ufsc.br/images/beltrao.pdf>. Acesso em: 27 junho 2013.
- MACHADO, Edileine Vieira et al. *Orientação e Mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual*. Brasília: MEC, SEESP, 2003. 167 p.
- MELO, Flávio Anderson Pedrosa de; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. O Esporte Adaptado no Município de Maceió/Al: (des)caminhos traçados pelas políticas públicas. *Revista da Sobama*, Marília, v. 14, n. 2, p.41-48, mar. 2013.
- MENDONÇA, Alberto et al. *Alunos cegos e com baixa visão: orientações curriculares*. Lisboa: Ministério da Educação, 2008. 87 p.
- RODRIGUES, David. As dimensões de adaptações de atividades motoras. In: RODRIGUES, David. *Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo*. São Paulo: Artes Médicas, 2006. p. 53-58.
- RODRIGUES, David. As promessas e as realidades da inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física. In: RODRIGUES, David. *Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo*. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

NOTA SOBRE OS AUTORES

NEIZA DE LOURDES FREDERICO FUMES

Docente no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e no Curso de Educação Física na Universidade Federal de Alagoas – UFAL; email: neizaf@yahoo.com; Endereço: Rua Mal. Arthur A. Camara, 153 Jatiúca Maceió/Alagoas

ANA CAROLINA SANTOS DE LIMA TORRES

Discente de Educação Física Licenciatura Universidade Federal de Alagoas (UFAL); email: anacarolinasltorres@gmail.com;

CLAUDESON VILELA DE OLIVEIRA

Discente de Educação Física Licenciatura Universidade Federal de Alagoas (UFAL); email: educal88@hotmail.com;

DARLLANEIA NASCIMENTO DOS SANTOS

Discente de Educação Física Licenciatura Universidade Federal de Alagoas (UFAL); email: darllanea_lane@hotmail.com;

FRANCINE DE FÁTIMA LIMA BATISTA

Discente de Educação Física Licenciatura Universidade Federal de Alagoas (UFAL); email: francine.batistaa@gmail.com;

FRANCY KELLE RODRIGUES SILVA

Discente no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL); email: francykelle@yahoo.com.br;

ROSIANE OLIVEIRA DE AMORIM

Discente de Educação Física Licenciatura Universidade Federal de Alagoas (UFAL); email: rosianneamorim@gmail.com.

